

A RACIONALIDADE NEOLIBERAL NA PRODUÇÃO DE DISCURSOS SOBRE A EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM COLEÇÕES DIDÁTICAS DO NOVO ENSINO MÉDIO

LA RACIONALIDAD NEOLIBERAL EN LA PRODUCCIÓN DE DISCURSOS SOBRE LA EDUCACIÓN FINANCIERA EN COLECCIONES DIDÁCTICAS DEL NUEVO ENSEÑANZA MEDIA

THE NEOLIBERAL RATIONALITY IN PRODUCING DISCOURSES ON FINANCIAL EDUCATION IN DIDACTIC COLLECTIONS OF THE NEW HIGH SCHOOL



Francisco Vieira da SILVA¹
e-mail: francisco.vieiras@ufersa.edu.br



Wyllamy Samuel da COSTA²
e-mail: wyllamysamuel@gmail.com

Como referenciar este artigo:

SILVA, F. V.; COSTA, W. S. A racionalidade neoliberal na produção de discursos sobre a educação financeira em coleções didáticas do novo ensino médio. **Rev. Hipótese**, Bauru, v. 9, n. 00, e023003, 2023. e-ISSN: 2446-7154. DOI: <https://doi.org/10.58980/eiaerh.v9i00.425>



| Submetido em: 18/12/2022
| Revisões requeridas em: 02/01/2023
| Aprovado em: 11/03/2023
| Publicado em: 17/04/2023

Editor: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Caraúbas – RN – Brasil. Docente do Departamento de Linguagens e Ciências Humanas (DLCH). Doutor em Linguística (UFPB).

² Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Caraúbas – RN – Brasil. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ensino.

RESUMO: O artigo analisa como a racionalidade neoliberal margeia a construção de discursos sobre a educação financeira em coleções didáticas do Novo Ensino Médio. Para tanto, toma como aporte teórico as investigações de Foucault (2008; 2010), de Dardot e Laval (2016), Saraiva (2017) dentre outros autores. Quanto à metodologia, trata-se de um estudo descritivo-interpretativo de abordagem qualitativa. O corpus é composto por enunciados extraídos de dois livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas em diálogo com a Matemática e suas Tecnologias, aprovadas pelo Plano Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), edição de 2021. As análises possibilitam entrever que os discursos sobre a educação financeira ancoram-se num modelo ideal de renda pessoal e familiar, passível de planejamento, poupança e investimento, que não dialogam com as condições objetivas dos alunos brasileiros e suas família, de modo a silenciar as desigualdades sociais existentes.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. Racionalidade neoliberal. Educação financeira. Novo Ensino Médio.

RESUMEN: El artículo analiza cómo la racionalidad neoliberal margina la construcción de discursos sobre la educación financiera en colecciones didácticas del Nuevo Enseñanza Media. Para ello, se toma como aporte teórico las investigaciones de Foucault (2008; 2010), de Dardot y Laval (2016), y Saraiva (2017), entre otros autores. En cuanto a la metodología, se trata de un estudio descriptivo-interpretativo de enfoque cualitativo. El corpus está compuesto por enunciados extraídos de dos libros de texto de Ciencias Humanas y Sociales Aplicadas en diálogo con la Matemática y sus Tecnologías, aprobados por el Plan Nacional del Libro y del Material Didáctico (PNLD), edición de 2021. Los análisis permiten entrever que los discursos sobre la educación financiera se anclan en un modelo ideal de ingreso personal y familiar, susceptible de planificación, ahorro e inversión, que no dialogan con las condiciones objetivas de los estudiantes brasileños y sus familias, de modo a silenciar las desigualdades sociales existentes.

PALABRAS CLAVE: Discurso. Racionalidad neoliberal. Educación financiera. Nuevo Enseñanza Media.

ABSTRACT: The article analyzes how neoliberal rationality marges on constructing discourses about financial education in didactic collections of the New High School. Thus, it takes as a theoretical contribution the investigations of Foucault (2008; 2010), Dardot and Laval (2016), and Saraiva (2017), among other authors. As for the methodology, this is a descriptive-interpretative study of a qualitative approach. The corpus comprises statements extracted from two Applied Human and Social Sciences textbooks in dialogue with Mathematics and its Technologies, approved by the National Plan of Books and Teaching Materials (PNLD), 2021 edition. The analyses allow us to see that the discourses on financial education are anchored in an ideal personal and family income model, amenable to planning, saving, and investment, which do not dialogue with the objective conditions of Brazilian students and their families to silence the existing social inequalities.

KEYWORDS: Discourse. Neoliberal rationality. Financial education. New High School.

Introdução

O Novo Ensino Médio, doravante NEM, foi gestado num contexto turbulento da história política brasileira. Em 2016, após a destituição da presidenta Dilma Rousseff (PT), vice-presidente Michel Temer (MDB) assumiu o comando do país e intensificou uma série de reformas, de acordo com a racionalidade neoliberal, dentre as quais nos interessa a reforma do ensino médio, editada de forma autoritária, via medida provisória (n.º 746, de 22 de setembro de 2016). Esse foi o primeiro passo para a configuração de um novo paradigma para essa etapa educacional de ensino, tida como um gargalo na educação brasileira, com elevados índices de abandono e de reprovação. No entanto, a forma como a reforma foi discutida não seguiu os procedimentos democráticos e nem contou com a ampla participação da comunidade escolar, o que resultou em diversas reações contrárias vieram à tona, desde organizações de pesquisa na área de Educação até mobilizações estudantis.

As principais mudanças da reforma, promulgada pela lei 13. 415/2017, consiste na mudança da carga horária (ampliação de 2400h para 3000h no final dos três anos) e no novo desenho curricular, composto por uma parte obrigatória (1800h), prevista pela Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM) e uma parte diversificada, relativa aos chamados Itinerários Formativos (1200h), que correspondem às áreas do conhecimento — Linguagens e suas tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Ciências da Natureza e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias e Formação Técnica e Profissional. A principal mudança da reforma consiste em delegar aos discentes a missão de escolherem qual itinerário formativo querem se aprofundar, considerando os desejos, aspirações e o projeto de vida. Não obstante, as redes de ensino não são obrigadas a ofertar todos os itinerários formativos, razão pela qual a tão propagada liberdade de escolha dos alunos pode ser relativizada.

Convém discutir que subsiste nas bordas do NEM toda uma retórica de matriz neoliberal, tendo em vista o emprego incessante de termos como empreendedorismo, protagonismo, competências socioemocionais, mundo do trabalho, dentre outros, os quais levam a produção de subjetividades baseadas na concorrência e no empresariamento de si. Compreendemos o neoliberalismo, na esteira de Dardot e Laval (2016), não simplesmente como uma doutrina de viés econômico, mas, sim, como uma razão a incidir sobre todos os âmbitos da vida social, especialmente no campo da subjetividade. Para esses autores franceses, “[...] a racionalidade neoliberal tem como principal característica a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modo de subjetivação” (DARDOT; LAVAL, 2016,

p. 17). Nesse sentido, os discentes do NEM são conduzidos a emoldurarem os seus percursos formativos, com base nas tendências do mercado e são orientados a se comportarem conforme o planejamento estratégico, o cálculo dos riscos e a gestão dos projetos de vida.

Dessa forma, determinados temas são abordados com mais ênfase, dentre os quais podemos citar a educação financeira. Apesar de não ser uma questão atual, uma vez que remete aos primeiros anos do século XXI, com as iniciativas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, com o NEM, essa discussão ganha um novo rumo, uma vez que é de luxo saber administrar os recursos financeiros sob a lógica da individualidade neoliberal, evitando o endividamento e o consumo desenfreado. Na leitura de Leite (2017), a educação financeira espalha-se pelos mais variados setores da sociedade e, notadamente nos espaços escolares, pela ótica de consultores financeiros, pela expansão do mercado da autoajuda financeira, pela ampliação do serviço de crédito e do apelo aos investimentos e à poupança.

Seguindo esse viés, o objetivo deste artigo consiste em analisar como a racionalidade neoliberal incide sobre a produção de discursos acerca da educação financeira em livros didáticos do NEM. Para isso, responderemos às seguintes indagações: como a racionalidade neoliberal incide sobre a produção de discursos sobre a educação financeira em livros didáticos do NEM? Como, na construção desses discursos, emergem modos por meio dos quais os discentes são levados a governar a si mesmos e os outros no âmbito da gestão de finanças?

O aporte teórico a nortear as análises alicerça-se em autores como Foucault (1995; 2008; 2010) a respeito do discurso, do poder, do neoliberalismo e do sujeito, em Dardot e Laval (2016), quando postulam as especificidades da racionalidade neoliberal, e em Leite (2017) sobre a educação financeira. O *corpus* de análise recobre enunciados extraídos de dois livros didáticos do NEM, aprovados pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), de 2021. Tais materiais visam tecer um diálogo entre as Ciências Humanas e Sociais e a Matemática e constituem, assim, uma novidade na elaboração de livros didáticos para o ensino médio brasileiro, critério por meio do qual os escolhemos para análise.

O estudo organiza-se em mais quatro tópicos, além da presente introdução. Na seção seguinte, discutimos a respeito de conceitos nucleares para a análise dos materiais didáticos, tais como discurso, enunciado, poder, sujeito, neoliberalismo e educação financeira. Logo adiante, apresentamos algumas informações de cunho metodológico. Posteriormente, temos o gesto analítico do corpus e, por último, as considerações finais.

Fundamentação Teórica

A presente seção está estruturada em dois tópicos. No primeiro deles, refletimos sobre os discursos e conceitos adjacentes, considerando, sobremaneira, a abordagem de Foucault. No segundo, ponderamos acerca das interlocuções entre a racionalidade neoliberal e a educação financeira.

O discurso e seus desdobramentos

Pensar o discurso na obra foucaultiana significa ir além dos elementos puramente formais e/ou linguísticos e mergulhar no acontecimento, quer dizer, tomar como enquadre os diversos elementos que constituem as condições de existência de um dado discurso, especialmente o saber, a política, a verdade, o poder, história, dentre outros. Para Daher (2020, p. 89), embora o objetivo de Foucault não fosse o de elaborar uma teoria do discurso, “[...] suas pesquisas, ao articular o linguístico com o social, provocaram constantes reflexões, releituras, retomadas e deslocamentos teóricos ao longo de sua trajetória de pesquisa em um processo sempre inacabado”.

Conforme Foucault (2010), apesar de o discurso ser formado por signos, a sua problematização envolve ultrapassar essa dimensão, procurar o que vai além dela, sem, contudo, cair na abstração. Isso porque o discurso se apresenta em sua materialidade, no jogo de sua instância, no interior das coisas efetivamente ditas. Na voz do pensador francês: “[...] é preciso estar pronto para acolher o discurso na sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser sabido, esquecido, repetido e apagado” (FOUCAULT, 2010, p. 28).

O autor ainda nos ensina que o discurso é compreendido como um conjunto de unidades menores, chamadas enunciados, os quais pertencem a uma mesma formação discursiva. Tendo em vista que o discurso é marcado pela dispersão e pela ausência de uma ordenação *a priori*, as formações discursivas podem ser flagradas a partir do reconhecimento de determinadas regularidades enunciativas, expressas na recorrência de certos temas, objetos e/ou estratégias. Os enunciados, por sua vez, conforme Foucault (2010), representam um átomo, uma unidade indivisível do discurso e legitima a emergência de outras unidades correlativas.

Concebido como uma função enunciativa, é caracteriza por algumas propriedades. A primeira diz respeito ao referencial, isto é, às leis de possibilidade que permitem o aparecimento de um dado enunciado num tempo e lugar. A segunda compreende o funcionamento de uma

posição de sujeito, que não deve ser confundida como a pessoa do discurso, o autor da formulação ou ainda o ser empírico, mas, sim, como uma posição a ser assumida no enunciado, posição essa que poderia ser ocupada por diferentes sujeitos. A terceira circunscreve o domínio associado, espécie de rede por meio da qual um enunciado se relaciona com outros, já formulados ou ainda a serem produzidos. A quarta e última propriedade constitui a materialidade repetível, ou seja, uma instância, uma data, um local, um campo de estabilização que permite a identificação do enunciado. Segundo Foucault (2010, p. 118), “[...] o enunciado, ao mesmo tempo que surge em sua materialidade, aparece com um *status*, entra em redes, se coloca em campos de utilização”.

Nos estudos foucaultianos, é importante salientar que o discurso está fortemente ligado ao poder. Conforme Foucault (2006), o discurso abriga uma série de elementos que atuam no interior dos mecanismos gerais de poder. Convém, nesse ângulo, ponderar a perspectiva de poder derivada das teorizações desse pensador francês. Assim, o poder é conceituado de modo diferente de outras abordagens, como o marxismo e as teorias contratualistas. Dessa forma, o poder não se encontra apenas na esfera econômica, como o Estado, ou em uma classe social específica (a burguesia, por exemplo), mas também não se limita à economia, embora Foucault (2006) negue a existência desse tipo de poder. Além disso, não se trata de um poder que se limita à negação, à proibição, mas, sim, de relações de poder que transparentam todo o corpo social. Ou seja, onde existem relações sociais, há relações de poder. O poder não pode ser detido ou tomado, porque ele não se encontra num ponto fixo e identificável, senão totalmente disperso e possibilitando a emergência de estratégias de resistência, de um campo de respostas possíveis, de práticas de liberdade.

O poder atua frontalmente nos processos de objetivação e subjetivação. Esses são entendidos como estratégias que objetivam os sujeitos através de relações de poder e de saber, bem como a partir de modos nos quais eles são levados a prestar atenção sobre si mesmos, ligando-se a uma determinada identidade, tendo em vista o funcionamento de regimes de verdade a atuarem sobre a produção de subjetividade. De acordo com Foucault (2016, p. 12), “[...] Em nossa cultura, em nossa civilização, numa sociedade como a nossa, há certos discursos que, institucionalmente, ou por consenso, são reconhecidos como verdadeiros a partir do sujeito”. Nesse prisma, o sujeito é constantemente instado a engendrar a sua existência com base na constituição de um discurso verdadeiro sobre si mesmo, principalmente a partir de técnicas, como a confissão, antes restrita aos domínios da religião cristã, mas, atualmente, corporificadas em relatos diversos e em campos discursivos também multiformes.

O neoliberalismo e a educação financeira

Na obra de Foucault, o neoliberalismo foi tratado no curso ministrado no Collège de France, em 1979, postumamente publicado na obra *Nascimento da biopolítica*, compilação das aulas dadas por esse professor no ano antes referido. O objetivo principal deste curso é descrever as condições de existência da biopolítica, ou seja, o reconhecimento da população como um problema de ordem política, tendo como cenário a problematização do liberalismo e suas ramificações posteriores (ordoliberalismo alemão e neoliberalismo norte-americano) como artes de governar que impuseram ao Estado determinados limites e coerções. Foucault (2008) salienta que o neoliberalismo norte-americano não se limita ao campo econômico, mas se apresenta como um modo de governo que incide sobre áreas até então indiferentes à lógica da economia, com o objetivo de governar as ações dos homens.

Apesar de o autor não poder dar prosseguimento às essas reflexões, por falecer no começo dos anos de 1980, alguns apontamentos tecidos por Foucault (2008) sobre o tema foram tomados como aporte para discussões mais contemporâneas a respeito do *modus operandi* da razão neoliberal. De acordo com Dardot e Laval (2016), um dos principais méritos do neoliberalismo é expandir a ideia de concorrência como uma norma social e propagar a liberdade como condição *sine que non* para a condução das condutas. Nessa perspectiva, sob o crivo da concorrência, os sujeitos são orientados a se comportarem como empresários de si mesmos e enxergarem os outros como inimigos a serem combatidos. Já o governo pela liberdade busca “[...] agir ativamente no espaço de liberdade dado aos indivíduos para que estas venham a conformar-se por si mesmos a certas normas” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 19).

Importa considerar que essa liberdade não é dada *a priori*, não sendo, portanto, um universal, mas é continuamente produzida e, por mais paradoxal que seja, é controlada. Ou seja, o sujeito é livre para fazer as suas escolhas, mas o campo de escolhas possíveis mostra-se limitado. O NEM se fundamenta nessa premissa: o aluno tem a liberdade de escolher o seu itinerário formativo, no entanto, nem todos esses itinerários estão disponíveis no desenho curricular. Em suma, temos uma liberdade que os idealistas da reforma do NEM vendem como uma estratégia de governo das subjetividades juvenis. Sobre isso, Ribeiro e Zanardi (2020, p. 12) denunciam “[...] o discurso de liberdade de escolha é mais uma falácia que se dissolve nas necessidades materiais e culturais que milhões de jovens brasileiros possuem e não são atendidas”.

No núcleo neoliberal, o empresariamento do indivíduo se torna constante e isso se dá por meio de uma variedade de estratégias, tais como: a) a cultura do ranking que classifica os

melhores e pune os piores, numa competição ininterrupta; b) o imperativo da performance e do rendimento responsável pela autoexploração do trabalho e pelo esgotamento físico e mental, pois o sujeito é conduzido a produzir de maneira contínua; c) o investimento numa formação para toda a vida como condição para o aperfeiçoamento de competências e habilidades; d) as técnicas de avaliação e de auditoria (*accountability*) incidem sobremaneira sobre as subjetividades, a serem responsabilizadas pelo seu sucesso ou fracasso; e) a gestão de riscos torna-se essencial na administração de si mesmo, porque “[...] o sujeito empresarial é exposto a riscos vitais, dos quais ele não vai poder se esquivar, e a gestão desses riscos será ligada a decisões meramente privadas” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 346).

Assim, com o esgarçamento das seguridades estatais e das políticas protecionistas, o empresário torna-se o responsável pelos riscos, assim como pelas possíveis escolhas que podem induzir esses riscos. Seguindo o raciocínio de Dardot e Laval (2016), a partir do momento em que o sujeito tem acesso à informação, pressupõe que ele tenha a responsabilidade de assumir determinados riscos, por ter a “liberdade” de fazê-lo em diversos meandros da vida, a exemplo da saúde, da educação, do mundo do trabalho.

A educação financeira pode ser inscrita no domínio da gestão de riscos, enquanto “[...] aponta para a necessidade de tornar cada um responsável pelas suas escolhas de consumo, capaz de continuar jogando o jogo do mercado, o que seria inviabilizado pelo mau uso dos recursos” (SARAIVA, 2017, p. 174). Dessa forma, o indivíduo precisa ter conhecimentos que o permitam administrar as suas finanças, sem incorrer no consumo desnecessário, mas sabendo investir e poupar, como se todos estivessem numa mesma situação econômica. Em suma, apela-se para a moderação, a temperança, a racionalidade, supondo, pois, uma adequada administração de si. A existência do capital humano (FOUCAULT, 2008) requer uma gestão eficiente dos recursos de que cada um dispõe. Isso se efetiva a partir da emergência de subjetividades calculistas, sábias na compreensão do jogo entre as receitas e as despesas (SOUZA, 2021), numa sincronia indelével com a razão neoliberal.

A inclusão da educação financeira no currículo escolar atende às demandas globais, na figura de órgãos transnacionais, como a OCDE, que elaborou diretrizes para os países membros implementarem ações relativas à educação financeira. O decreto presidencial n.º 7.397/2010 instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef), coordenada pelo Conselho Nacional de Educação Financeira (CNEF), com o objetivo de incentivar a educação financeira e previdenciária, de modo a colaborar com o fortalecimento da cidadania, a eficiência do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes pelo sujeito consumidor

(BRASIL, 2010). Tal normativa foi revogada pelo decreto n.º 10.393/2020, que criou uma nova ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), formado por órgãos e entidades do governo e organizações da sociedade civil. Na análise de Merola (2023), apesar de a OCEDE e a Enef, inicialmente, terem apresentado uma narrativa de atendimento a todas as demandas e todas as classes sociais, existe um discurso a priorizar os interesses de grupos financeiros e, podemos acrescentar, a ênfase no domínio individual para a regulação dos recursos econômicos, sem considerar as desigualdades sociais existentes.

A educação financeira, no NEM, está inserida nos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs), na macroárea da Economia, que também o Trabalho e a Educação Fiscal. O objetivo principal abordagem [dos TCTs] é que o estudante finalize a sua educação formal, reconhecendo e aprendendo sobre temas que são relevantes para a sua atuação na sociedade (BRASIL, 2022, p. 7). Na BNCC da etapa do ensino médio, é possível ler que "[...] essas temáticas são contempladas em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada" (BRASIL, 2018, p. 20). No que diz respeito à educação financeira, as habilidades previstas estão inscritas na área de Matemática e suas tecnologias, notadamente no campo da Matemática Financeira, mas convém entender que se trata de uma questão que envolve uma série de campos do saber, a exemplo da História, da Psicologia, da Filosofia, da Sociologia e da Educação Ambiental, conforme defendem Baroni e Maltempi (2021).

Metodologia

O presente estudo pode ser situado como descritivo-interpretativo, pois visamos analisar e descrever os discursos sobre a educação financeira em livros didáticos do NEM, visando radiografar o funcionamento da racionalidade neoliberal na construção desses dizeres. Ainda podemos pontuar que se trata de uma abordagem predominantemente qualitativa, haja vista a problematização do fenômeno em foco, não considerando dados estatísticos e/ou variáveis controladas, embora no *corpus* possa aparecer esses elementos, dado que são livros que integram, interdisciplinarmente, os domínios da Matemática.

O material de análise é composto por duas coleções didáticas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no diálogo com a Matemática e as suas Tecnologias, aprovados pelo PNLD (2021) e, por isso, em íntima consonância com a Reforma do NEM e com a BNCC. Segundo o Guia do PNLD dessas coleções, a interface entre esses campos "[...] destina-se a concretizar a

interdisciplinaridade como um importante modo de promoção da produção de sentidos vinculados a ambas as áreas” (BRASIL, 2021, p. 20). Dessa forma, escolhemos as seguintes coleções didáticas: a) Cenários para a investigação: humanidades e matemática em contexto, sob a organização de Brunna Paulussi e Juliana Grassmann, publicada pela editora Ática; b) Diálogo: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Matemática, obra coletiva editada por Ana Flávia Dias Zammataro e Eduardo Neto, publicada pela editora Moderna.

Os procedimentos de análise dos dados foram os seguintes: a) coletamos cinco coleções didáticas, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no diálogo com a Matemática e as suas Tecnologias no *site* das respectivas editoras; b) fizemos uma leitura exploratória e constatamos que duas delas tratavam da educação financeira numa das unidades e/ou capítulos; c) após essa seleção inicial, recortamos alguns enunciados de cada coleção que, sob nossa perspectiva, denotam como se constituem discursos acerca da educação financeira nesses materiais, considerando o que discutimos na seção teórica deste artigo.

Análise dos livros didáticos

Organizamos esta seção em duas partes. Cada uma delas corresponde à uma coleção didática de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no diálogo com a Matemática.

Análise da coleção didática cenários para a investigação: humanidades e matemática em contexto

A coleção em em questão está dividida em cinco sessões, a saber: Saúde e crises sanitárias, Consumo e educação financeira, Agricultura urbana e sustentabilidade, Desigualdade e Justiça Social, e Instituições Políticas e Democracia. A unidade que nos interessa aqui apresenta, em página dupla, uma fotografia de várias pessoas fazendo compras. Na legenda da postagem, lemos: “imagem de loja de departamento durante megaliquidação, em São Paulo, SP, na qual consumidores compram televisores” (PAULUSSI; GRASSMANN, 2020, p. 45). A imagem é apresentada no contexto da imagem, pontuando que as ofertas e liquidações “são situações em que a necessidade de um produto ou serviço pode ser satisfatória, em equilíbrio com as finanças pessoais, no entanto, são situações que podem incentivar o consumismo e provocar o endividamento” (PAULUSSI; GRASSMANN, 2020, p. 45).

Como é possível observar nesse enunciado do livro didático, o discurso de alerta é eficazem relação aos desejos de aquisição de produtos e serviços e à necessidade de administrar

as finanças das pessoas, pois, caso, contrário, o sujeito pode assumir o risco de se endividar. Podemos identificar os princípios neoliberais, pois cabe a cada um boa gestão de si e os estudantes precisam se aperfeiçoar nesses conhecimentos para poderem tomar decisões futuras. Conforme Lazzarato (2017, p. 169), o governo do Estado de bem-estar social torna-se privatiza e “[...] é a administração da empresa que se impõe como método de gestão”. Isso também é destacado em outro enunciado do livro didático, em mais uma legenda de uma ilustração que mostra várias pessoas num centro comercial de Florianópolis, em Santa Catarina: “Situações relacionadas ao consumo, como finanças pessoais e assuntos de poupança ou empréstimos precisam ser administradas e organizadas racionalmente” (PAULUSSI; GRASSMANN, 2020, p. 46).

O livro didático em questão defende que, para tomar, decisões “de acordo com as necessidades de sobrevivência, é importante administrar a renda, e isso envolve o poder de compra, que se refere à quantidade de bens e de serviços que uma pessoa adquire conforme sua renda” (PAULUSSI; GRASSMANN, 2020, p. 47). O posicionamento apresentado neste material didático é de considerar a importância de educar financeiramente os alunos, de forma que eles possam atuar como multiplicadores desse discurso nas suas famílias. Isso é ressaltado quando o livro propõe uma atividade que consiste na elaboração de planilhas eletrônicas para administrar o orçamento familiar e faz as seguintes perguntas: “Com base na análise feita anteriormente, reflita: será necessário fazer alguma mudança nos seus hábitos de consumo ou de sua família? As despesas estão adequadas aos ganhos e a possíveis planos que exijam reservas financeiras?” (PAULUSSI; GRASSMANN, 2020, p. 69).

Cabe salientar que essas perguntas têm como objetivo incentivar o aluno a ter um controle dos gastos que ele realiza, bem como da sua família, com o objetivo de elaborar um orçamento de acordo com a renda e os hábitos de consumo. Dessa forma, a atividade tinha como objetivo diagnosticar possíveis excessos consumistas e, assim, realizar um trabalho de autoavaliação, de auditoria e de modificação das condutas, a partir da construção de subjetividades vigilantes e atentas quanto à relação entre as despesas e as receitas. Vale ressaltar que é importante poupar e assegurar um fundo de reserva para gastos inesperados, pois, de acordo com Leite (2017, p. 127), atualmente “[...] a imagem do indivíduo bem-sucedido é composta por aquele que poupa e investe”; ou seja, “aquele que usa o dinheiro com ‘racionalidade’ para atingir a sua independência financeira”.

A coleção em questão parece ignorar que a maioria dos brasileiros não tem condições de investir ou poupar, pois os rendimentos, frequentemente, são insuficientes para os gastos

considerados essenciais, o que demonstra a íntima ligação com o *modus operandi* da racionalidade neoliberal. É possível notar uma certa postura de concordância frente às desigualdades econômicas, quando o livro didático sugere que “[...] uma pessoa precisa modificar o seu padrão de vida (e o que costuma consumir) para adequá-lo à sua renda e poder de compra” (PAULUSSI; GRASSMANN, 2020, p. 63), o que supõe “[...] por exemplo, o consumo de produtos mais baratos e que não sejam de sua preferência” (PAULUSSI; GRASSMANN, 2020, p. 63). Esses enunciados, ao se relacionarem com outros em que se percebem orientações de contenção de gastos, são subjetivos de acordo com a sua condição econômica, devendo, portanto, fazer sacrifícios para se adequar. Em suma, esse discurso não produzirá espaços de resistência, de insurgência ou de enfrentamento à racionalidade neoliberal, senão a obediência a esse regime de verdade. O que estamos afirmando encontra sustentação em Saraiva (2017, p. 160), quando pondera que a educação financeira pertence “[...] a um conjunto de estratégias das sociedades de controle que visam minimizar a força política e maximizar a conformação dos sujeitos”.

Em continuidade, o livro didático enfatiza a necessidade de um letramento financeiro, através do qual é possível “[...] evitar situações que possam gerar gastos desnecessários como a cobrança de juro (com o pagamento de contas em atraso, compras parceladas, etc) e consumo sem antes pesquisar preços e descontos” (PAULUSSI; GRASSMANN, 2020, p. 65). Nesse enunciado, o sujeito é responsabilizado pelas ações que levam à dívida, uma vez que não tem conhecimento sobre conceitos, como os juros, bem como os gastos considerados indevidos. No entanto, é importante salientar que, para muitas pessoas e famílias, a compra parcelada é a única forma de adquirir um determinado bem ou serviço. Apesar de ser relevante o conhecimento do funcionamento do sistema financeiro, isso pode não ser o bastante para evitar a inadimplência, uma vez que outros fatores estão em jogo.

A opção apresentada pelo livro didático para organizar o orçamento familiar está relacionada à elaboração de planilhas eletrônicas, pois “[...] constitui um instrumento de por meio do qual é possível antecipar, prevenir e evitar possíveis problemas com a falta de dinheiro, com base na previsão de gastos fixos mensais” (PAULUSSI; GRASSMANN, 2020, p. 65). Esse discurso pressupõe um modelo ideal de renda familiar, que não encontra eco na realidade dos estudantes das escolas públicas brasileiras, o que, a nosso ver, permite afirmação no campo de atuação da racionalidade neoliberal, tendo em vista que, segundo esse viés, todas as famílias podem evitar a falta de dinheiro, bastando, para isso, o planejamento financeiro.

Análise da coleção didática *Diálogo: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Matemática*

A coleção está dividida em nove unidades que apresentam temáticas variadas, como a produção de lixo, a desigualdade racial e o mercado de trabalho, o crescimento urbano e a mobilidade, a gestão dos recursos hídricos e a educação financeira, que nos interessam neste estudo. A unidade, denominada *Orçamento: como está lá em casa?*, tem como um dos seus objetivos “desenvolver conhecimentos no campo da matemática financeira para incentivar a reflexão nas decisões e atitudes que envolvem despesas e receitas” (ZAMMATARO; NETO, 2020, p. 113). O discurso do livro didático, desde o título, chama a atenção do aluno, para que esta análise como se encontra o orçamento de sua família, requerendo uma atitude de fiscalização dos gastos efetuados, com o intuito de retardar ou mesmo evitar o endividamento. A justificativa apresentada no livro para abordar esse tema é reforçada pelos altos índices de dívidas que os brasileiros têm, nos últimos tempos, especialmente os mais jovens.

Essa informação consta logo do começo da unidade: “Em 2018, os jovens entre 18 e 30 anos representavam 25% dos endividados em nosso país, ou seja, cerca de 25,5 milhões de pessoas” (ZAMMATARO; NETO, 2020, p. 113). O efeito real dos números — seja no percentual, seja na estimativa da quantidade absoluta — legitima esse discurso a ser reconhecido como um dado que causa preocupação e credibiliza as perguntas apresentadas pelo material didático: “Você que já faz parte, ou que está prestes a entrar para o mercado de trabalho e ter a sua própria renda, tem noção de como gerir seus rendimentos e despesas?” (ZAMMATARO; NETO, 2020, p. 113). O jovem é, então, incentivado a refletir sobre a forma como deve administrar as de suas finanças, projetando uma ação futura — ele entrará no mercado de trabalho — ou considerando que já faz parte da população economicamente ativa. De qualquer forma, o indivíduo é conduzido a se comportar como uma unidade-empresa, ciente dos riscos assumidos e do perigo iminente de endividamento.

O livro didático, ao contrário, sustenta que “[...] a impulsividade e para o consumo e as compras não planejadas também compõem as causas do endividamento, por ser geralmente gasta uma quantia que ainda nem foi recebida, criando assim dívidas prematuras” (ZAMMATARO; NETO, 2020, p. 118). Nesse discurso, o sujeito consumidor é construído como aquele que não consegue conter os seus ímpetos e desejos, o que o leva a condição de endividado. A educação financeira, mais uma vez, é o antídoto para esse mal, pois, a partir desses conhecimentos, o indivíduo passará a agir de forma racional e planejada. Há uma gestão de si que está inditável com a racionalidade neoliberal, pois, se o consumidor se excedeu nas suas compras, assumiu o risco de se endividar e cabe a ele mudar essa situação.

Os alunos para os quais este material se destina são, permanentemente, incentivados a se identificarem com esse discurso que defende a representação do consumidor, tido como consciente, cauteloso e autônomo em suas decisões. O livro apresenta, como resultado, um quadro, extraído de um material sobre educação financeira, elaborado pelo Banco Central, no qual estão dispostos dois tipos de consumidor: o consumidor consciente e o consumidor consumista. No primeiro perfil, o azul predomina, indicando um quadro desejado, enquanto no segundo perfil, a cor vermelha é o tom predominante, o que transmite um sentimento de perigo e de alerta. É necessário incluir e excluir os sujeitos, pois, enquanto o consumidor consciente é aquele que avalia antes de comprar, o consumidor consumista gasta de maneira compulsiva. Enquanto o consumidor consciente compra somente o necessário e se previne em relação ao futuro, o seu oponente compra tudo o que deseja e é considerado imediatista, pois não se importa com o que virá, dentre outras diferenças dispostas no quadro.

Essa produção de discursos está fundamentada no neoliberalismo, pois cria a subjetividades que ressentiam em relação a si, porque sempre estão em dívida consigo mesmo, devido a tantas demandas de autorregulação. Para Lazzarato (2017, p. 175), “[...] a frustração, o ressentimento, a culpabilidade e o medo constituem as ‘paixões’ em relação a si neoliberal, já que as promessas de realização de si, de liberdade e autonomia se volta contra uma realidade que as nega sistematicamente”. Em outras palavras, a desigualdade social do país dificulta aplicar as lições de educação financeira postuladas no livro didático, uma vez que se trata de um modelo diferente do cenário econômico vigente no Brasil. Não pretendemos, portanto, argumentar que a educação financeira não seja relevante, mas é importante salientar o visível distanciamento dos discursos presentes nesses materiais das condições objetivas dos alunos e suas famílias.

Para tanto, no livro didático, a escolha do termo saúde financeira não é aleatória: “Mas como devemos começar essa mudança para melhorar a saúde financeira, pessoal e das pessoas que vivem conosco?” (ZAMMATARO; NETO, 2020, p. 122). Eis a resposta: “[...] por meio do planejamento, da execução e da análise do controle do orçamento pessoal ou familiar” (ZAMMATARO; NETO, 2020, p. 122). O termo saúde, por meio do domínio associado, representa o bem-estar e o equilíbrio que surgem de uma situação financeira sem dívidas e sem investimento e poupança. Para tal, é conveniente tomar medidas estratégicas, através de um controle aperfeiçoado do orçamento. Os termos planejamento, execução e análise são usados para se conhecer o universo empresarial que se impõe no governo do sujeito, de modo a conter os anseios consumistas e a desregulação dos gastos. Conforme Dardot e Laval (2016), essas

técnicas de gestão neoliberais criam um *ethos* empresarial nas diferentes dimensões subjetivas.

Com o objetivo de fazer uma análise dos planejamento de cada família, o livro didático questiona: “Você sabe quais são os tipos de despesa que consomem a maioria da sua renda ou de sua família? Você e seus familiares planejam os gastos?” (ZAMMATARO; NETO, 2020, p. 123). Esses questionamentos revelam uma interpretação da verdade pelo aluno e seu núcleo familiar quanto à identificação das despesas e à falta (ou não) de um planejamento financeiro. Dessa forma, está preparado o terreno para uma intervenção que possa modificar o cenário da economia doméstica.

De acordo com a posição de sujeito apresentada no livro em questão, o planejamento financeiro permite que a contenção de gastos desnecessários gere um balanço positivo, a ser investido: “quando o saldo é positivo, podemos investir o dinheiro para constituir um fundo de emergência ou conquistar um objetivo pessoal, ou familiar” (ZAMMATARO; NETO, 2020, p. 123). Aqui, novamente, é possível notas as vantagens que a educação financeira traz para a gestão individual e familiar, reforçando a imagem positiva do indivíduo que poupa e investe. Como lembra Saraiva (2017, p. 163), “[...] O sucesso passa por uma vida com metas a serem cumpridas por meio de um planejamento financeiro; ou seja, uma vida que se distancia do consumo exacerbado e por impulso”. E, mais uma vez, podemos questionar qual perfil de renda familiar se encaixa nesse modelo propagado pelo livro didático. Esses discursos celebram um ideal a ser perseguido e não tratam, de forma crítica, de pontos cruciais ligados às causas da desigualdade social que estão sob a norma neoliberal.

Considerações finais

No decorrer deste texto, visamos cumprir com o objetivo de analisar como a racionalidade neoliberal incide sobre a produção de discursos acerca da educação financeira em livros didáticos do NEM. O *corpus* de análise é composto por enunciados retirados de dois materiais didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, em diálogo com Matemática e suas Tecnologias, aprovados pelo PNLD (2021).

A lógica neoliberal foi possível delinear uma correlação muito próxima entre as orientações presentes nesses materiais e a lógica neoliberal, devido a algumas recorrências, como: a) os estudantes são constantemente convocados para examinar as suas finanças e as de suas famílias, com o objetivo de planejar gastos, a partir de conhecimentos que remetem ao campo empresarial; b) as causas do endividamento brasileiro estão relacionadas à

responsabilidade individual, especialmente a ausência de educação financeira, e não às precárias condições em que vivem boa parte da população, em situações de desemprego, subemprego e precarização do trabalho; c) os discursos presentes nesses livros preconizam uma conduta de conformismo, pois não se questiona a razão das desigualdades econômicas, senão se viverá com o que se tem; d) priorizam-se atitudes moderadas na gestão das financeiras, como poupar, investir e não ostentar, tanto em relação ao próprio discente quanto em relação aos outros (famílias, mais precisamente).

Diante do que foi apresentado, é possível concluir que, apesar de os livros didáticos compreenderem a educação financeira, para além da Matemática financeira, representando, dessa forma, um avanço relevante na compreensão da natureza complexa desse fenômeno, não conseguem criar uma agenda em que se possa criar condições de resistências, formas de emancipação e discursos mais críticos em torno da racionalidade neoliberal, a qual parece se constituir num consenso, num já-dado, natural e irreversível e isso se dá, em grande medida, pelo modo como o NEM foi planejado e implementado. É preciso que criemos outras maneiras de lidar com essa questão, tendo em vista as dificuldades da realidade brasileira, sem perder o potencial transformador do campo educacional.

REFERÊNCIAS

BARONI, A. K. C.; MALTEMPI, M. V. A educação financeira e a formação do professor de Matemática: uma compreensão e algumas possibilidades. *In*: BARONI, A. K. C.; HARTMANN, A. L. B.; CARVALHO, C. C. S. (org.). **Uma abordagem crítica da educação financeira na formação do professor de matemática**. Curitiba: Appris, 2021. p. 23-35.

BRASIL. **Decreto n. 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, dispõe sobre sua gestão e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm. Acesso em: 11 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho -CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 13

nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=85121-bncc-ensino-medio&category_slug=abril-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 05 fev. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 10.393, de 09 de junho de 2020**. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF. Brasília: Presidência da República, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10393.htm. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia do PNLD 2021 – objeto 2: Ciências Humanas e Sociais no diálogo com a Matemática**. Brasília: MEC, 2021. Disponível em: https://www.professoresdematematica.com.br/wa_files/guia_pnld_2021_didatico_pnld-2021-obj2-ciencias-humanas-sociais-aplicadas-dialogo-matematica.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Caderno de economia: educação financeira, educação fiscal e trabalho**. Brasília: MEC, SEB, 2022. (Série temas transversais: Base Nacional Comum Curricular – BNCC)

DAHER, D. C. “Onde, afinal, está o perigo?” Foucault e o paradoxo de uma aula inaugural. *In*: DIAS, R. O.; RODRIGUES, H. B. C. (org.). **Ordens do discurso: comentários marginais à aula inaugural de Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020. p. 88-100.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal**. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, M. **O nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France: (1978-1979)**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, M. **Subjetividade e verdade**. Trad. Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.

LAZZARATO, M. **O governo do homem endividado**. Trad. Daniel P. P. da Costa. 1. ed. São Paulo: N-1 edições, 2017.

LEITE, E. S. A resignificação da figura do especulador-investidor e as práticas de educação financeira. **Civitas**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 114-130, 2017. DOI: 10.15448/1984-7289.2017.1.24446. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/LsJs85tCR9CWDFLLYrNvjbc/?lang=pt>. Acesso em: 11 fev. 2023.

MEROLA, R. M. **Juros, consumo e meio ambiente**: um olhar para a educação financeira presente no livro didático do ensino médio da educação para jovens, adultos e idosos. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho: Rio Claro, 2023. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/238935/merola_rm_me_rcla.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em 20 mar. 2023.

PAULUSSI, B.; GRASSMANN, J. **Cenários para investigação**: humanidades e matemática em contexto. São Paulo: Ática, 2020.

RIBEIRO, M. P.; ZANARDI, T. A. C. O novo ensino médio e a liberdade de escolha, **Educação**, Santa Maria, v. 45, n. 1, p. 1-20, 2020. DOI: 10.5902/1984644439519. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/39519>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SARAIVA, K. S. Os sujeitos endividados e a Educação Financeira. **Educar em revista**, Curitiba, n. 66, p. 157-173, 2017. DOI: 10.1590/0104-4060.53867. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/dCY3fwLdRBWdgSbmSfdS3sy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 fev. 2023.

SOUZA, J. I. **Educação financeira**: práticas discursivas na educação matemática. 2021. 131 f. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/227167/PECT0477-T.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 fev. 2023.

ZAMMATARO, A. F. D.; NETO, E. **Diálogo**: ciências humanas e sociais aplicadas e matemática. São Paulo: Moderna, 2020.

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: Não há.

Financiamento: Não há financiamento.

Conflitos de interesse: Não há conflito de interesse.

Aprovação ética: Não há necessidade de passar pelo comitê de petica.

Disponibilidade de dados e material: Os dados e materiais utilizados no trabalho estão disponíveis para acesso nos *sites* das editoras dos livros didáticos.

Contribuições dos autores: Francisco Vieira da Silva – escrita do artigo e coleta de dados; Wyllamy Samuel da Costa – revisão do texto, coleta de dados, tradução de resumo para a língua inglesa.

Processamento e edição: Editora Ibero-Americana de Educação.

Revisão, formatação, normalização e tradução.

